



EM ENTREVISTA AO «TÉMOIGNAGE CHRÉTIEN»

A POLÍTICA NÃO PROFISSIONAL DEFENDIDA POR LURDES PINTASILGO

Numa entrevista ao semanário francês «Témoignage Chrétien», o primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo afirmou que não se identifica «com qualquer das formações políticas que actualmente representam a esquerda em Portugal», admitindo no entanto que a sua nomeação para o cargo constitua para a esquerda uma «nova possibilidade».

Por outro lado, Lurdes Pintasilgo referiu a existência de pontos de encontro entre o seu projecto de sociedade e o dos partidos da esquerda portuguesa, considerando, porém, não ser altura de os pôr em prática, atendendo ao contexto institucional em que se situa a acção do meu Governo. «Há que preparar as eleições» — salientou, sublinhando que o seu projecto político não se enquadra no esquema da «divisão tradicional entre esquerda e direita».

Interrogada sobre o fundamento de boatos que a apontam como possível líder de um partido presidencial em formação, Lurdes Pintasilgo afirmou não ter conhecimento de que o general Ramalho Eanes jamais haja enunciado tal propósito.

«A minha opção de base, em termos de estrutura política, vai no sentido da política não profissional» — afirmou.

Lurdes Pintasilgo reconheceu a inevitabilidade de essa posição a levar a afrontamentos com os partidos políticos, que considerou «indispensáveis à evolução das democracias», mas não suficientes, pois — frisou — «a sociedade seria terrivelmente mutilada se tudo o que é político fosse esgotado pela acção dos partidos».

Na segunda parte da entrevista, o primeiro-ministro abordou o que considera os problemas mais candentes em cada domínio da vida social portuguesa, referindo-se designadamente à organização da administração pública, cuja descentralização apontou como imperiosa.

Entre os domínios «em que o meu Governo poderá agir», referiu a aplicação da «lei de bases do Serviço Nacional de Saúde».

No plano económico, destacou como propósito do V Governo o de, através do plano que tem em preparação, criar as condições necessárias para que aos seus sucessores se imponha a escolha entre duas teses que há muito se confrontam. Uma apontando o caminho da «auto-suficiência alimentar», outra o do desenvolvimento de «dois ou três sectores industriais susceptíveis de se tornarem competitivos no exterior», como vias alternativas para o reequilíbrio da balança comercial.

Lurdes Pintasilgo recordou ainda, a necessidade de Portugal «renegociar certos empréstimos estrangeiros», a partir de uma posição de «plena soberania».

Ao analisar o problema da Reforma Agrária, o primeiro-ministro invocou a respectiva lei, reiterando o propósito de proceder a devoluções, mas só «em certos casos» e em determinadas condições, de entre as quais referiu a de o proprietário explorar directamente a terra.

Depois de se pronunciar favoravelmente ao pluralismo sindical, Lurdes Pintasilgo indicou as grandes linhas da política externa do seu Governo, advogando uma integração na C. E. E. que se não confunda com «a formação de um bloco político».

Aludiu, também, às relações com Angola e Moçambique, sublinhando que os contenciosos com ambas as ex-colónias terão de ser resolvidos «por negociações que se situem num quadro de relações entre estados soberanos».

Em relação à questão de Timor, considerou-a um problema que Portugal ainda não resolveu, depois de ter sido «ultrapassado pelas circunstâncias e o poder armado».

Inquirida sobre a atitude da Igreja portuguesa relativamente ao regime democrático, Lurdes Pintasilgo disse ter nela pesado a recordação da Primeira República e do anticlericalismo que a marcou, mas negou que as tomadas de posição conjuntas dos bispos pudessem ser referidas como reacções.

Entretanto, numa outra entrevista que concedeu ao jornal alemão ocidental «Die Welt», Lurdes Pintasilgo afirmou, referindo-se à questão económica que «o problema fundamental é o desenvolvimento a médio prazo, não sendo essencial a eliminação do défice da balança de pagamentos. No seu entender o que falta é uma linha mestra de política industrial, a opção entre indústria pesada e indústria ligeira». Adiantou que «a tarefa do meu Governo e dos seguintes será, portanto, a de nos debruçarmos sobre as necessidades do mercado interno e de nos concentrarmos na cooperação com a C. E. E. e perguntarmo-nos: o que precisamos nós da Europa, o que é que a Europa precisa de nós?»

O primeiro-ministro referiria ainda que as principais tarefas com que o País se defronta são a criação de uma nova «motivação do interesse do País pela política e a descentralização da pesada máquina administrativa nas decisões da colectividade».